

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
PREFEITURA DE CATAGUASES - MG

Inexigibilidade de Licitação nº 025/2025
Processo Administrativo nº 085/2025

Daniel Elias Garcia, brasileiro, Leiloeiro Oficial na forma do Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, inscrito na JUCEMG sob o n.º. 1253, portador(a) do documento de identidade n.º. 3.172.018, expedido pelo (a) IGP/SC, CPF n.º. 910.192.149-53, com endereço à Rua Araguari, N.º. 358, Loja 3, Barro Preto, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30190-110, telefone: (31)99085-4587, Email: contato@dgleiloes.com.br, site na internet: www.danielgarcialeiloes.com.br, perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 25/2025**, com fundamento nos artigos 5º, XXXIV e LV, e 37, ambos da Constituição Federal, combinados com as determinações contidas na Lei n.º. 14.133, de 01 de abril de 2021, mais precisamente o artigo 164 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, tendo em vista os seguintes fatos e fundamentos:

I - DOS FATOS

Insurge-se este Leiloeiro Público, ora impugnante, contra o disposto em Edital que estabeleceu que o leiloeiro seja domiciliado há mais de cinco anos no Estado de Minas Gerais.

Vejamos:

3.5.3 Comprovação de domicílio no Estado de Minas Gerais há mais de 05 anos;

3.5.3.1 A comprovação que reside no local há mais de 5 anos deverá ser apresentada através de documentos oficiais que demonstrem sua residência naquele local por esse período, como comprovantes de serviços públicos (água, luz, telefone), declarações de Imposto de Renda, contratos de locação ou compra e venda de imóveis, ou mesmo certidões de quitação eleitoral.

No entanto, esta não se encontra em consonância com o disposto nas legislações vigentes em nosso ordenamento jurídico, devendo, por consequência, haver posterior adequação do referido edital, em face das alterações exigidas, conforme será demonstrado a seguir.

II - DO DIREITO

II.I DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO NO ESTADO DE MATO GROSSO HÁ MAIS DE CINCO ANOS:

Inicialmente, registra-se que o Edital de Contratação de Leiloeiros, mais especificamente no item xxx do Termo de Referência dispõe:

- Ser domiciliado, há mais de cinco anos, na unidade da Federação onde pretenda exercer a profissão, o que deve ser comprovado por meio de endereço eleitoral ou fiscal (CPF);

Contudo, tal dispositivo encontra-se totalmente equivocado e em total desacordo com Instrução Normativa nº 52/2022 do DREI, vejamos:

Art. 47. O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de requerimento de matrícula pelo interessado, mediante o pagamento do preço público devido, acompanhado da documentação que comprove os seguintes requisitos:

- I - ser cidadão brasileiro;
- II - encontrar-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
- III - estar reabilitado, se falido ou condenado por crime falimentar;

IV - não estar condenado por crime, cuja pena vede o exercício da atividade mercantil;

V - não integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação;

VI - não exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;

VII - não ter sido punido com pena de destituição da profissão de leiloeiro, ressalvado o disposto no art. 98; e

VIII - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de identidade e certidões negativas expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio.

Isso porque a Instrução Normativa é clara ao exigir os requisitos para que o cidadão seja Leiloeiro no país, de modo que não exige o domicílio de 5 anos no local que se pretende atuar.

A presente impugnação é feita pois claramente se vê que a administração pública objetiva afunilar ao máximo a concorrência, de modo que um número reduzido de Leiloeiros possa ser habilitado, em evidente afronta ao texto legal.

No mais, com o fim de aclarar a intenção do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, desde a IN 72/2019 não se adota como requisito para a concessão de matrícula de Leiloeiro, o prazo de 05 anos de domicílio no Estado, veja-se, parte elementar e documento na íntegra em anexo:

Em atendimento ao seu questionamento, feito através de mensagem eletrônica, sobre concessão de matrícula de Leiloeiro Público, temos a informar que todo os requisitos para referida concessão, estão dispostos na Instrução Normativa nº 72, conforme abaixo:

Art. 42. O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de requerimento de matrícula pelo interessado, mediante o pagamento do preço público devido, acompanhado da documentação que comprove os seguintes requisitos:

- I - ser cidadão brasileiro;
- II - encontrar-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
- III - estar reabilitado, se falido ou condenado por crime falimentar;
- IV - não estar condenado por crime, cuja pena vede o exercício da atividade mercantil;
- V - não integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação;
- VI - não exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;
- VII - não ter sido punido com pena de destituição da profissão de leiloeiro, ressalvado o disposto no art. 92-A; e (Redação dada pela Instrução Normativa DREI nº 80, de 16 de abril de 2020)
- VIII - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de identidade e certidões negativas expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio.

Informamos ainda, que a mencionada Instrução Normativa **não adota como requisito para concessão de matrícula de Leiloeiro, o prazo de 05 (cinco) anos de domicílio no estado.**

Atenciosamente,



Cláudia Resende
Agente Administrativo
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI
DREI/SGD/SEDGG/ME
<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei>
[gov.br/economia](https://www.gov.br/economia)

Assim, cristalino que a contratação de leiloeiros deve-se **assegurar a todos os interessados tratamento igualitário, justo, sobretudo, legal,** no intento de realização das alienações e não da forma disposta neste Edital.

Ademais, vejamos o que diz o artigo 5º da Lei de licitações:

Art. 5º Lei 14.133/2021 - Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

O procedimento licitatório, conforme determina o artigo 11 da Lei nº 11.133/2021, destina-se garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, vedando a admissão, nos atos convocatórios, de condições que frustrem o caráter competitivo do certame, *in verbis*:

Art. 11º Lei 14.133/2021 - O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

[...]

Em suma, é claro que a Instrução Normativa não exige comprovação de domicílio por cinco anos, portanto, é evidente a ilegalidade presente no edital.

III - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, reconhecida as ilegalidades decorrentes do desrespeito às normas vigentes, requer seja totalmente desconsiderado as exigências ora impugnadas, nos termos da Lei 14.133/21 e da IN 52/2022 que regulamenta a profissão do leiloeiro.

Nestes termos, pede deferimento.

Cataguases/MG, 03 de junho de 2025.

Daniel Elias Garcia
Leiloeiro Público Oficial
Matrícula nº 1253



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: UYDQJ-CREUY-Y5PSX-P6TVL

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Daniel Elias Garcia (CPF 910.192.149-53)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/UYDQJ-CREUY-Y5PSX-P6TVL>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>